Redes sociais e
jornalismo: o advento
da pós-verdade como
fenómeno definidor do
real e a sua relação
com os *media*

Leonardo Camargo Ferreira

Redes sociais e jornalismo: o advento da pós-verdade como fenómeno definidor do real e a sua relação com os *media*

Leonardo Camargo Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

E-mail: leonardo-camargo-ferreira@hotmail.com

Resumo

A pós-verdade, não sendo recente, tem-se fortalecido com diversos acontecimentos por todo o mundo. As *fake news* são divulgadas rotineiramente através das redes sociais digitais, constituindo instrumentos de dispersão de notícias propiciadoras de choques de opinião e de escaladas de verdades mais suportadas nos sentimentos do que nos factos. A par disto, os *media* tradicionais, sobretudo o jornalismo veiculado nestes, têm, para muitos, perdido a sua importância como reveladores escrutinosos da verdade. Este texto traz, pois, ao de cima uma discussão sociológica sobre estes fenómenos, apresentando no final uma curta reflexão sobre o lugar do sociólogo na (des)construção da (pós-)verdade.

Palavras-chave: pós-verdade, redes sociais digitais, jornalismo.

Abstract

The post-truth, not being recent, has been strengthened by several events around the world. Fake news are routinely disseminated through digital social networks, constituting instruments for the dispersion of news that are conducive to shocks of opinion and the escalation of truths more supported by feelings than by facts. Alongside this, the traditional media, especially the journalism they transmit, have, for many, lost their importance as scrupulous revealers of truth. This text, therefore, brings up a sociological discussion on these phenomena, presenting at the end a short reflection on the place of the sociologist in the (de)construction of (post-)truth.

Keywords: post-truth, digital social networks, journalism.

Notas introdutórias para uma contextualização da pós-verdade

As disputas suportadas em argumentos mais ou menos racionais ou emocionais são dos mais importantes fenómenos que caracterizam a comunicação humana. Aristóteles, já na Grécia Antiga, afirmava com veemência que “o homem é um animal cívico [político], mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos” (1991: 4), criando, assim, uma obra em torno de uma filosofia da política que se debate com a ética, a felicidade e a emergência da democracia. Assim, a revelação de um pensamento, a exposição de uma razão e a apresentação de uma crítica são parte daquilo que está na base do diálogo e do conflito, contribuindo para convergências e distanciamentos entre ideias, atitudes e comportamentos.

A referência à verdade não é, portanto, um fenómeno estritamente atual. E, como iremos ver, a alusão à pós-verdade também não. A luta e a perseguição pela verdade – seja, tal como Habermas (2004) nos diz, no âmbito de uma esfera pública onde o público é detentor de um juízo e a liberdade de expressão e de associativismo tem de existir, seja numa conceção mais epistemológica da elaboração científica, seja ainda num formato de verdade imposta ou por conveniência – orientam os sujeitos na busca por uma certeza em relação às suas declarações e a si, dando-lhes igualmente uma confirmação por eles interpretada como uma espécie de autoridade intelectual sobre os outros. Neste sentido, a modelação argumentativa com o intuito de persuasão, e até de manipulação, compõe a energia cinética das trocas e assimilações individuais e sociais, sendo parte das ações de determinados grupos que os coloca amiúde a exercer pressão sobre entidades com poder de decisão (podendo, aliás, retirar-lhes esse poder).

É plausível, então, que a pós-verdade, na qualidade de conceito que representa uma contingência onde a veracidade dos factos não tem (grande) relevância face ao apelo aos sentimentos e às crenças pessoais (Assis, 2019), se assuma como transversal no tempo, na medida em que ao longo da cronologia das vidas humanas a construção artificializada da verdade foi uma constante no modo de agir e de ver o mundo de muitas pessoas. A questão que se coloca na contemporaneidade, sobretudo nos últimos anos do presente século, é a da intensificação dos discursos que se (i)maturam através de pressupostos pós-verídicos e os subterfúgios implicados nessa crescente importância. Aqui, as redes sociais digitais e as plataformas de partilha pouco restrita, tais como o *Facebook*, o *Instagram* ou o *Youtube*, encarados como novos *media*, têm-se relevado notoriamente eficazes no alavancar dos protestos e das reivindicações alicerçados em vontades emocionais no âmbito do discurso público, bem como, por um lado, no ocultar (explícito ou tácito, intencional ou não) de certos conteúdos de uma verdade racional ou científica e, por outro, na perda da capacidade de influência de outros *media* considerados tradicionais, como a televisão e a rádio ou as revistas e os jornais impressos. Os objetivos deste ensaio podem, destarte, ser divididos em três pontos, os

quais, de maneira alguma, devem ser tratados de forma estanque: identificar processos e exemplos da edificação, consolidação e divulgação da pós-verdade nestes sítios da *Internet*; explicar as atuais configurações da (pós-)verdade nos velhos *media*, discutindo acerca da transformação do papel dos mesmos num cenário de afirmação do digital; e, finalmente, incidir nas ameaças desta pós-verdade nas democracias atuais, propondo também modos de intervir que a ciência (neste caso, a Sociologia) pode desencadear na defesa pelo rigor, pela segurança e por uma política fiel aos seus cidadãos.

A pós-verdade como base de um novo quotidiano

O debate que envolve o absoluto e o relativo da verdade é, como tentámos enunciar, um tema frequente, ganhando vigor na literatura das ciências sociais e humanas. Nietzsche é defensor de que a filosofia do tipo kantiano – muito aliada a juízos racionais e princípios *a priori* – “demonstra que não nos é dado [a] obter conhecimento de uma verdade absoluta apta a responder às derradeiras questões relativas à moral, religião e aspirações existenciais” (Serini, 2019: 135). Por isso, envereda por uma perspectiva de relativismo do verdadeiro. Esta é uma inclinação teórica que pode facilmente ser articulada com a proposta de *modernidade líquida* de Bauman (2017), na qual a celeridade e a imprevisibilidade das transformações sociais compõem a emergência de novas realidades e, conseqüentemente, novas verdades. Em contrapartida, autores como Descartes (2001), apoiantes do racionalismo (atente-se que não nos referimos a uma *racionalidade*, mas sim a um sistema que credita verdades inabaláveis), vão proclamar a lógica e a dedução como métodos de alcance de proposições verdadeiras soberanas. Existem ainda figuras como Sócrates (Cit. por Platão, 2019) para quem o ceticismo total se metamorfoseia numa crença de verdade única, traduzível no velho adágio *só sei que nada sei*.

Todos estes contributos correspondem a interpretações diferentes daquilo que se considera ser o concreto dos factos, conduzindo, em simultâneo, a uma dicotomia da verdade: a científica (ou racional) e a inexistente, isto é, a mentira (ou a verdade que não recorre a instrumentos argumentativos com legitimidade justificativa). Assim, observamos que a pós-verdade – não o conceito, mas a problemática – pode ser encontrada em contributos de vários pensadores, orientando aquilo que estes escrevem e oralizam. Não é surpresa, portanto, que, nos dias de hoje, esta bipolaridade (conhecimento científico *vs* informações emergentes da pós-verdade) ainda exista e fomite ardentes polémicas nas camadas internas das comunidades científicas e na sua relação com a sociedade civil.

Atentemos, porém, que este dualismo também tem tido cada vez menos razão de ser. Investigadores como Popper (2001), Kuhn (1989) e outros alegam a presença de um subjetivo dentro da objetividade científica, a qual se caracteriza pelas representações

sociais e condições de produção de conhecimento científico dos sujeitos. É vasta a produção de conhecimento que segue diretrizes deveras valorizadoras dos contextos de ação e que concebe a possibilidade de determinadas conclusões terem uma validade consistente, mas igualmente conjuntural, conforme o território, a cultura ou o quadro económico-político em questão. Por seu turno, os movimentos da pós-verdade têm surgido em prol da anuência das massas e da obtenção da influência e do poder sobre elas. Em 2016, o *Dicionário Oxford* elegeu *pós-verdade* como a palavra do ano, mencionando que a sua utilização cresceu no «“contexto do referendo britânico sobre a União Europeia e nas eleições presidenciais dos Estados Unidos” (Cit. por Hancock, 2016), até converter-se (...) [num] termo comum nas análises políticas”» (Hancock, 2016). Nesta sequência, a apologia dos sentimentos que desvirtuam aquilo que foi comprovado assiste a rejeições negativistas, irrompendo, de forma repentina, na cena política e atravessando as barreiras existentes entre os governos e o povo, chegando, por fim, aos múltiplos meios de comunicação.

É neste tópico que os novos *media*, mais particularmente toda a *World Wide Web*, entram com uma autêntica força, numa espécie de jogo vigilante e moralista entre a informação e a desinformação, entre a criação e a partilha e entre a crítica ativa e o conformismo. O conteúdo que brota no cosmos *online* tem particularidades que o localizam no intermédio do eixo democracia-anarquia: é rizomático, como afirmaram Deleuze e Guattari (1995), ou seja, governado por uma lógica de desdobramento que assenta, em boa medida, numa enormidade de *posts* e divulgações desorientadas ao segundo; apoia-se numa aquisição específica de capital informacional (e, por conseguinte, de capital cultural), a qual exige a formação de conceções profundamente ideológicas e que conduzem a fechamentos identitários em tribos digitais e “bolhas cognitivas” (visíveis, por exemplo, em grupos e páginas onde se defende afincadamente uma perspetiva, não havendo espaço para o contraditório) (Lopes, s/d.: 4); é construído por e constrói um mundo da impressão, como que manipulando o lado refletor de um espelho sempre existente na vida social, mas que aqui distorce uma realidade demasiadamente multiforme em função dessa monopolização do *eu* (portanto, altamente inflacionado); afasta muitas vezes o conhecimento, preferindo os circuitos rápidos de um título chamativo, de uma incorporação irreflexiva e de uma reação com ilusão de participação. Assim, “o ciberespaço (...) [frustra] as esperanças emancipatórias da sociedade da informação em rede”, criando, ao invés de produtores de conhecimento esclarecidos, indivíduos fechados em *câmaras de eco* que reproduzem algoritmos pretendidos por terceiros e vigiam as dissonâncias cognitivas – as incoerências – uns dos outros (Idem, *ibidem*: 4).

Será pertinente afirmar que nem tudo isto é negativo. As redes sociais propiciam, de facto, a possibilidade de qualquer um fazer uma publicação e poder disseminá-la tendo como único custo a cedência de alguns dados privados. E, mesmo nesse sentido,

as grandes empresas estão a tentar paulatinamente criar mecanismos que assegurem a igualdade e a proteção na navegação das suas plataformas (questiona-se, claro, se tais mecanismos não salvaguardam os utilizadores entre si e, simultaneamente, facilitam, para quem os cria, o apoderamento indevido daqueles dados). Todavia, é igualmente importante colocar a dúvida sobre se isto é suficiente para garantir a liberdade e o esclarecimento no universo da *Web*. Por outras palavras, se conseguimos escapar à infinidade de notícias enganadoras, *fake news* e *clickbait*s que nos aparecem nos ecrãs quando pesquisamos um determinado tema.

Ora, sejamos francos, isso não é completamente possível. A liberdade pressupõe responsabilidade porque deixa a cargo dos indivíduos a gestão dos seus atos. E a responsabilidade, por vezes, sai cara para os envolvidos. O pressuposto de que podemos escolher o que queremos ou não ver e encontrar leva a que existam notícias pouco rigorosas para todos os gostos. Desde logo para os mais jovens, normalmente muito apreciadores de jogos e de *youtubers*, os quais são construtores de uma hiper-realidade muitas vezes dissonante da realidade física, é gerada uma exposição a um maior potencial de influência por estes e de seleção de histórias sensacionalistas que nada mais intentam do que o clique e a visualização. Por outro lado, qualquer um que se interesse por assuntos políticos, científicos ou da vida dos famosos (esta última muito determinada por uma economia de *voyeurismo* firmada na apreciação da intimidade alheia), entre outros exemplos, inúmeras vezes se depara com falsidades que, com maior ou menor grau, representam uma descontextualização dos factos e uma fabricação das matérias com aspirações perversas. Casos disto são as atribuições de frases a autores que nunca as compuseram, as narrativas de artistas cuja morte foi alegadamente encoberta e as apresentações de informações privadas em *sites* como a *Wikipédia* que, pela sua admissão simples, transverte um potencial democrático numa acumulação de saberes não sujeitos a um escrutínio cuidadoso e virtualmente falaciosos. A atual situação pandémica da Covid-19 demonstra o quão fácil e frequente é a criação de relatos que, de uma maneira algo explícita, veneram, *verbi gratia*, a gestão chinesa no combate deste vírus ou a condenam pela suposta invenção propositada do mesmo em laboratório.

Nada disto fomenta, pois, um discurso público digno de uma democracia exigente. É, antes disso, a ascensão da pós-verdade no seu mais duro e cru formato, colaborando na intensificação do medo e no acréscimo dos populismos. Os momentos de “pânico moral” – medos (potencialmente) exagerados sentidos por um grande número de pessoas de que algum mal irá abater-se sobre a sociedade – tornam-se evidentes, os *bodes expiatórios* afloram numa proporção assombrosa (Pontes, 2017).¹

¹ Na ótica de Cohen (2011), ações como a culpabilização de portugueses em África ou de africanos em Hong Kong e Macau pela propagação do vírus poderiam ser vistos como resultado daquele pânico.

Temos de nos interrogar se esta consiste na realidade que queremos. Na sociedade que desejamos. Acreditamos que vários de nós responderiam que não a uma pergunta colocada nestes moldes. Não é ambicionado um modo de vida e de comunicação baseado em lugares-comum, em aparelhos reprodutores de desigualdades, em intersubjetividades pobres onde a aprendizagem carece de diálogo e fervilha de paradoxos. Por isso, retomamos à necessidade inicial: é preciso refletir, deliberar e decidir que significado pretendemos conferir à nossa existência e o que tencionamos fazer com a informação que temos ao nosso dispor.

Velhos e novos informadores: o elevador da influência social

Qual, então, o papel do jornalismo neste âmbito? Assumimos amiúde que, se a *Internet* está no seu auge, os jornais e toda a imprensa tradicional revelam-se, na generalidade, em queda. Não está errada essa ideia. Conseguimo-lo ver através da submissão cada vez maior do campo jornalístico ao funcionamento das redes sociais que numa tentativa de parecer menos fastidioso e mais correspondente dos desejos dos clientes. Os jornalistas vão perdendo atualmente as suas características de trabalhadores intelectuais, o que instiga e reforça a sua proletarização, acabando igualmente por ter de incorporar as vontades editocratas dos seus superiores e de atender a uma lógica de audiências.

Estes processos, interligados com questões relativas à aceleração cultural e social e à concentração da propriedade dos velhos *media*, são aliados da emergência da pós-verdade, na medida em que fomentam polarizações e fragmentações das notícias e dos argumentos. A complexidade do real sai pulverizada e o discurso aberto perde para o protecionismo e para a defesa contra supostos ataques pessoais que, concretamente, não constituem mais do que meras opiniões diferentes com a intenção de contribuir construtivamente para o debate. Partindo deste ponto, o controlo, a mediação e a comparação de factos e fontes, possibilitadores de um escrutínio da informação, perdem as suas raízes para a instantaneidade e arbitrariedade da *net*, dando espaço às disparidades e à manipulação, como, aliás, McIntyre (2018: s/p.) expôs ao mencionar que, face a esta desregulação informacional, “os nossos enviesamentos cognitivos tornam-nos vítimas da manipulação e da exploração por aqueles que têm uma agenda, especialmente se esses têm o poder de desacreditar as outras fontes de informação”.

Portanto, a incapacidade do jornalismo de dar conta dos acontecimentos com um sustento rigoroso – ou seja, com uma margem para as interpretações individuais, embora contando sempre com a presença da alumiação criteriosa – arrisca o fator democrático em democracia. O sistema social deixa de fazer sentido e as pessoas ignoram essa perda de coerência, assumindo que os *factos alternativos* são naturais devido ao direito dos egos

a serem livres e a gozarem como bem entendem tal benefício. O pensamento da diferença, esse, é exilado, entrando em cena a conceção da mesmidade.

Podemos, por isso, recorrer a uma interrogação retórica de um conceito predicável que, proferido no século XVII, se apresenta, porém, intemporal quando o vemos aplicado à perpetuidade da potência das *fake news* e dos factos alternativos: “ou é porque o sal não salga, ou porque a terra não se deixa salgar(?)” (Vieira, s/d.: 2). Padre António Vieira foi quem enunciou estas palavras aquando de um sermão a partir do seu púlpito, falando acerca do mal terreno para um auditório que por ele era designado de “peixes” (Idem, *ibidem*: 1), muito pela sua disparatada irreverência em querer seguir as pérfidas condutas. Explorando a metáfora, conseguimos depreender, em primeiro lugar, que o “sal” tem uma propriedade de conservar, isto é, uma propriedade purificadora, pelo que o objetivo da sua utilização seria preservar aquilo que foi coberto por esta substância. Para Vieira, este sal equivaleria aos pregadores, que, em vez de praticarem o bem (tal como visto pelo autor), eram incongruentes, dizendo-o, mas não o aplicando. Ou seja, seriam *o sal que não salga*. Por sua vez, *a terra [que] não se deixa salgar* corresponderia aos peixes, ou melhor, aos humanos que se deixavam ludibriar por si mesmos, adotando uma postura excessivamente hedonista e, portanto, servindo “os seus apetites” (Idem, *ibidem*: 1).

Pois bem, a expressão ainda hoje faz completo sentido. Os políticos e todos aqueles com capacidade de influenciar a vida das comunidades substituem os pregadores, *não salgando* sempre que tomam partido da pós-verdade, nomeadamente em ambiente digital e em momentos de eleições. Já a própria sociedade civil é quem permuta de lugar com aqueles humanos ou peixes, *não se deixando salgar*, isto é, não se esclarecendo quando admite que o engano e o desconhecimento façam parte do seu quotidiano e, como tal, das suas decisões. Finalmente, o jornalismo, no que lhe diz respeito, é quem tem surgido na corda bamba entre o *salgar* e o *não salgar*, o elucidar e o obscurecer, estando, destarte, com cada vez maiores dificuldades em conseguir alcançar uma eficácia assídua no trabalho de comunicação rigorosa das novidades e dos assuntos em geral.

A grande conclusão só pode ser a de que estamos dentro de um elevador arquitetado a partir da matéria-prima da influência social. Não podemos escondê-lo nem o devemos fazer, pois enquanto permanecermos nesse elevador subimos e descemos constantemente na criação/cooptação da persuasão, sonhando um dia ser colossais criadores (que, claro, pretendem também influenciar), sem nos apercebemos do quão maquinalmente fabricado está o nosso raciocínio. Deixamos assente, no entanto, que não nos revemos no grupo dos cientistas e comentadores que procuram situar os indivíduos num espaço do inativo ou da deambulação da acrisia. Confiamos em pleno na faculdade ativa do ser humano. Contudo, se a quisermos efetivamente pôr em funcionamento, temos de “saber ver aquilo que está à frente do nosso nariz”, como tão pragmaticamente

o jornalista João Miguel Tavares (2020) colocou a questão num artigo do *Público*. Neste, a invocação de uma sentença de George Orwell relativamente à luta pelo conhecimento do óbvio comanda a inteira argumentação do cronista, que nos diz de forma simples e direta o que por tantos pode ser entendido como um chavão discursivo, mas que é o mero *on going* da reprodução da pós-verdade: “com tanta informação disponível e contraditória, nós pegamos no que nos dá mais jeito e chamamos a isso realidade” (Idem, *ibidem*).

Esta é, aliás, a base de todos os vieses de confirmação, raciocínios motivados e efeitos repetitivos – logo, da preservação e restauro das ilusões e mentiras que são tratadas como autênticos patrimónios culturais. Mas assume-se igualmente como a oportunidade de o jornalismo (dis)por (d) o seu dever em acionamento, mostrando que a nossa cultura contemporânea não é manifestamente pobre, tendo antes conteúdo e engajamento com a verdade, por mais difícil que ela venha a revelar-se. Não faz qualquer sentido fugir daquilo que podemos conhecer e aproveitar numa aprendizagem de nós mesmos e do que se passa à nossa volta, com vista ao enriquecimento da reflexividade contestatária sobre o falso, o pernicioso, o “narcótico permanente” que nos coloca progressivamente adormecidos acerca de tudo (Lopes, s/d.: 3).

A par da mensagem jornalística, a mensagem das redes sociais também precisa de ser límpida o mais possível. Tanto do lado dos donos destas redes, que, como já mencionamos, devem proteger os seus utilizadores, como dos próprios utilizadores, a quem é exigido respeito pela diversidade e pela verdade. Não sendo estes conceitos antinómicos, são, porém, um desafio da nossa era. A literacia educativo-digital pode ajudar a cumpri-lo, visto que, se bem manuseada, traz-nos a possibilidade de sermos críticos perante as várias formas de comunicação. Assim, esta literacia e as vivências diárias que temos são dois elementos que nos obrigam, enquanto indivíduos e enquanto sociedade, a reatualizar permanentemente a nossa condição de cidadania, de modo a sairmos daquele perene elevador e a alcançarmos um projeto de verdade.

O lugar do sociólogo: que implicações na construção da verdade? Aspectos conclusivos

Neste momento, só nos resta ver como nos pode o sociólogo brindar com o seu escrutínio. Este é ator social, todavia, na medida em que a Sociologia é a sua área de saber e a sua profissão, ele é também um ator sociológico. Isto não constitui um pleonasma, mas sim uma consolidação do seu estatuto, amiúde olvidada por diversos intervenientes individuais e coletivos.

Este esquecimento é propositado, como sabemos. Diz-se ser difícil conversar com cientistas sociais, dado o seu arcabouço teórico, abstrato, apalavrado, que é sentenciador

e desregradamente plural. Neste conjunto incluem-se, então, os mestres e doutores da Sociologia, mirados pelos críticos que lhes dizem que pertencem apenas a obras e manuais sem qualquer potencial de intervenção. Ora, esta visão reducionista da atividade sociológica e do ofício do sociólogo é a mesma que tem impedido o combate à pós-verdade. O que as une é a inaptidão visível na procura e no encontro de um horizonte mais alargado de possibilidades.

Quivy e Campenhoudt (1995), em *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, mostram-nos as etapas do método hipotético-dedutivo por eles propostas para a construção de conhecimento científico social e humano. Num organigrama bastante conhecido e modelado por circuitos de retroação epistemológica, imbuídos em vaivéns entre teoria e empiria, os autores (*ibidem*: 27) divulgam-nos três termos-chave que dão significado ao procedimento investigativo: “ruptura, construção e verificação”. Com eles, desconstruímos estereótipos do senso-comum (que, embora prático, nem sempre é informado), construímos uma aparelhagem robusta para compreender a realidade e verificámos se aquilo que estamos a fazer nos possibilita um olhar e um conhecimento mais esclarecidos – e sempre parciais e relativos – dos fenómenos. Nisto tudo, avançamos e recuamos, mediante novas leituras e ponderações e momentos de *serendipity*.

Assim o deve ser (n)a pesquisa sobre a pós-verdade e as suas causas e consequências. Se a pós-verdade ascende no discurso público, afastando os antigos *media* e atemorizando as democracias, com certeza que a Sociologia tratará de se empenhar para inverter esta tendência para a autocracia. Equalizando e monitorizando o poder – sem o tornar monolítico – e atestando e validando cientificamente os saberes. Dizendo, portanto, ao mundo que a pós-verdade, sinónimo da *doxa* estereotípica contemporânea e da desordem dos pensamentos, é também (e felizmente) uma vigorosa motivação para a ação sociológica em prol das transações entre o físico e o digital, entre o tradicional e o nascente-emergente, no âmbito do estímulo metódico ao conhecimento. E, claro, comunicando entre pares, com decisores políticos e junto da comunidade, num trabalho interdisciplinar, para desmistificar e desconstruir as pós-verdades e permitir uma análise e uma participação política e cidadã mais consciencializadas da multidimensionalidade da realidade social.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES (1991). *A Política*. S/ed., São Paulo: Martins Fontes.
- ASSIS, F. (2019). *A pós-verdade*. PÚBLICO: Opinião (5 set. 2019).
- BAUMAN, Z. (2017). *A Arte da Vida*. S/ed., Lisboa: Relógio D'Água.
- COHEN, S. (2011). *Folk Devils and Moral Panics*. London: Routledge
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1995). "Introdução: Rizoma" In PLATÔS, Mil (1995). *Capitalismo e Esquizofrenia: Vol. 1, S/l.*: Editora 34, 1-18.
- DESCARTES, R. (2001). *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes.
- HABERMAS, J. (2004), *Verdade e justificação: Ensaios filosóficos*, S/ed., São Paulo: Edições Loyola.
- HANCOCK, J. R. (2016). *Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, 'pós-verdade', a Trump e Brexit*. EL PAÍS: Internacional (17 nov. 2016).
- KUHN, T. (1989). *A estrutura das revoluções científicas*. S/ed., São Paulo: Editora Perspectiva.
- LOPES, J. T. (s/d.). *O Ódio em Rede: Breves Notas sobre a Pós-Verdade*. S/Vol., s/n.º (s/d.), 1-6.
- MCINTYRE, L. (2018). *Post-truth*. Massachusetts: MIT Press.
- PLATÃO (2019). *Apologia de Sócrates*. S/ed., Lisboa: Guimarães Editores.
- POPPER, K. (2001). *A Vida é Aprendizagem: Epistemologia evolutiva e Sociedade Aberta*. S/ed., Lisboa: Edições 70.
- PONTES, D. (2017). *Pânico Moral*. JN: Opinião (21 abr. 2017).
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.ª ed., Lisboa: Gradiva.
- SERINI, L. (2019). A concepção nietzschiana de ceticismo em Schopenhauer como educador. *Cad. Nietzsche*, Vol. XL, n.º 3 (2019). 115-170.
- TAVARES, J. M. (2020). *Saber ver aquilo que está à frente do nosso nariz*. PÚBLICO: Opinião (23 abr. 2020).

VIEIRA, P. A. (s/d.). *Sermão de St.º António aos Peixes*. S/ed. Porto: Porto Editora.

WORKING PAPERS IS-UP 4ª Série

Editora/Editor: Sara Melo

Comissão Científica/ Scientific Committee: Inês Maia, João Aguiar, Rute Lemos

Uma publicação seriada online do

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Working Papers IS-UP are an online sequential publication of the

Institute of Sociology of the University of Porto

R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on:

<http://isociologia.up.pt/pt-pt/pagina/working-papers>

ISSN: 1647-9424

WORKING PAPERS IS-UP n°90

Título/Title

"Redes sociais e jornalismo: o advento da pós-verdade como fenómeno definidor do real e a sua relação com os *media*"

Autor/Author

Leonardo Camargo Ferreira

O autor, titular dos direitos desta obra, publica-a nos termos da licença Creative Commons

"Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha" nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).